



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 288 -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação das atas n.ºs 285 e 286, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda.", como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e doze do Município de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais)";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Moção de Repúdio, nos termos da alínea o), do n.º 1, do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro";-----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- *Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.*-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e trinta e sete minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS;-----
- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais, dos indicados Grupos Municipais (GM):-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS.-----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----
- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguium;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD – Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Maria Dulcínea da Silva Dias Ferreira Nogueira – PPD/PSD – Vereadora;-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
----- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e sete de fevereiro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a conhecer ao Plenário de que no momento não se encontravam na sala os Senhores Deputados António Rafael das Neves Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, João Alves Morais, do Grupo Municipal da CDU, André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS, Francisco Manuel Gonçalo Saraiva, do Grupo Municipal do PPD/PSD, Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro, e Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----
----- Entretanto, passou a relembrar a ordem do dia da sessão ora iniciada e antes de passar ao período de antes da ordem do dia, informou que já se encontravam presentes os Senhores Deputados João Alves Morais, do Grupo Municipal da CDU, Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro, e Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----
----- De imediato, então, deu início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: “Apreciação e votação das atas números duzentos e oitenta e cinco e duzentos e oitenta e seis, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA”, adiantando que a Mesa da Assembleia Municipal, ao abrigo do Artigo 35.º do RAMA, propunha uma alteração àquele ponto um, no sentido de incluir para apreciação, não só das atas números duzentos e oitenta e cinco e duzentos e oitenta e seis, mas também a ata número duzentos e oitenta e sete, da sessão extraordinária de trinta e um de janeiro de dois mil e doze. Nessa conformidade, informou da necessidade de colocar aquela proposta de alteração à votação dos Senhores Deputados, assim como da necessidade de reunir um terço dos votos dos Senhores Deputados para que tal aconteça e, conseqüentemente, a acta número duzentos e oitenta e sete fosse incluída no ponto um do período de antes da ordem do dia.-----
----- Auscultados os Senhores Deputados quanto à proposta de alteração daquele ponto um do período de antes da ordem do dia, no sentido de incluir a ata número duzentos e oitenta e sete no mesmo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que aquela proposta tinha sido aprovada, com trinta e um votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----
----- Uma vez aprovada a proposta de alteração, declarou que o ponto um do período de antes da ordem do dia passaria a ter a seguinte redação: “Apreciação e votação das atas números duzentos e oitenta e cinco, duzentos e oitenta e seis e duzentos e oitenta e sete, nos termos da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA".-----

----- Nessa conformidade, deu início ao período de discussão da ata número duzentos e oitenta e cinco, da sessão extraordinária de seis de dezembro de dois mil e onze. Não tendo havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela ata duzentos e oitenta e cinco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, de imediato, à sua votação, após o que anunciou que a mesma tinha sido aprovada por maioria, com duas abstenções dos Senhores Deputados João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, e trinta e um votos a favor dos restantes Senhores Deputados dos vários Grupos Municipais, presentes naquela sessão da Assembleia Municipal.----

----- Decorrida a votação da ata número duzentos e oitenta e cinco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de discussão da ata número duzentos e oitenta e seis, da sessão ordinária de vinte e dois de dezembro de dois mil e onze. Não tendo igualmente havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela ata, submeteu a mesma a votação, finda a qual anunciou que a sobredita ata tinha sido aprovada por maioria, com duas abstenções dos Senhores Deputados João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, e trinta e um votos a favor dos restantes Senhores Deputados presentes naquela sessão da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou o período de discussão da ata número duzentos e oitenta e sete, da sessão extraordinária de trinta e um de janeiro de dois mil e doze. Não tendo também havido lugar a qualquer intervenção no período de discussão daquela ata, submeteu a mesma a votação, finda a qual anunciou que a sobredita ata tinha sido aprovada por maioria, com três abstenções dos Senhores Deputados João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, Tiago Pereira Coelho, do Grupo Municipal do PS, e José Maria de Almeida Ribeiro, do Grupo Municipal do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Mogofores, e trinta votos a favor dos restantes Senhores Deputados presentes naquela sessão da Assembleia Municipal.-----

----- Decorridas as votações respeitantes às atas números duzentos e oitenta e cinco, duzentos e oitenta e seis e duzentos e oitenta e sete, do primeiro ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto desse período de antes da ordem do dia: "Intervenções dos Senhores Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA".-----

----- Uma vez iniciado o período destinado às intervenções dos Senhores Deputados Municipais, e para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de tentar saber em que estado se encontra a Escola EB 2/3 e Secundária de Anadia, se as obras se encontram efectivamente paradas, ou não, qual o motivo para a obra ter parado, se parou, e quais as medidas que a Câmara Municipal pensa tomar



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente àquela situação, se confirmada a paragem das obras.-----

----- No seguimento da interpelação feita pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu o Senhor Deputado tratar-se de uma decisão do Governo. Esclareceu, ainda, que aquela Escola não é municipal, pelo que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade na situação. Adiantou, também, que a pessoa melhor colocada para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado seria a mãe do Senhor Deputado, por ser Adjunta da Direção Regional de Educação do Centro.-----

----- Para usar do direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado considerou que as respostas do Senhor Presidente da Câmara Municipal já se tinham tornado habituais e denotavam bem a envergadura do Senhor Presidente da Câmara Municipal, em termos de carácter. No entanto, referiu que o que lhe importava era o concelho de Anadia e a escola que o Senhor Presidente da Câmara tinha andado a promover, inclusivamente os terrenos que o Senhor Presidente informou à Assembleia que seriam um bom negócio para o Município de Anadia. Nesse âmbito, disse pretender saber efetivamente em que estádio se encontrava o dito negócio que iria ser tão bom para Anadia.-----

----- Perguntou, ainda, e uma vez que a Escola Básica dos segundo e terceiro ciclos, o antigo Ciclo, tinha sido junta à Secundária, se as obras de melhoramento prometidas para o Ciclo, ou Escola Básica dos segundo e terceiro ciclos, iriam ser feitas ou não.-----

----- Continuando, reforçou que pretendia apenas que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe respondesse sobre qual o ponto de situação da obra para a qual o Senhor Presidente da Câmara tinha cedido o terreno, e tinha dado o direito de superfície temporário, sem previamente ter feito o negócio, como o CDS tinha avisado, para a Câmara Municipal não ficar a perder como estava. Disse, ainda, não querer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal responda a nada mais, porque as outras instâncias certamente responderiam a seu tempo.-----

----- Entretanto, disse ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para não culpar sempre o Governo, na medida em que ele, como Presidente da Câmara, andava a fazer obras que não lembravam a ninguém, e tinha dinheiro para Velódromos, tinha dinheiro para parques de estacionamento subterrâneos, mas não tinha dinheiro para o que interessava, o ensino.-----

----- Desafiou, ainda, o Senhor Presidente da Câmara Municipal a construir mais um ginnodesportivo, mas não deixou de o lembrar que o mais importante era a educação, era os alunos terem sítio para estudar. E, nessa medida, disse para o Senhor Presidente da Câmara Municipal não se desculpar com o Governo, porque essa era a desculpa do costume, e concluiu que o Senhor Presidente da Câmara tinha de assumir as suas responsabilidades e dedicar-se à ação social e à educação, porque o Mercedes tinha muito estacionamento disponível, e não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

culpar os outros das coisas que eram da sua responsabilidade.-----

----- Portanto, exigiu uma resposta, por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre como iria descalçar aquela bota, porquanto, tanto ele, como o PSD e o PS, tinham querido avançar com a obra sem previamente se terem acautelado relativamente à permuta do terreno. Em resultado, acrescentou, o Município iria ficar sem os terrenos, pelo que pretendia saber se Anadia iria ou não ficar sem a escola, e o que estaria por detrás da paragem da obra, porque razão a Parque Escolar não financiava a obra de Anadia e ia financiar outras obras.-----

----- A concluir, disse ser isso que pretendiam saber e era isso que o Senhor teria de elucidar, devendo deixar-se daquele tipo de argumentação e, antes, trabalhar para o Município e pelo Município.-----

----- Na sequência da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que a Câmara Municipal de Anadia não tinha qualquer responsabilidade na matéria, remetendo as respostas a todas aquelas perguntas para o Governo, e para a Direção Regional de Educação do Centro, as entidades que superintendiam a obra e que a tinham lançado a concurso.-----

----- Comentou, entretanto, que mais parecia que o CDS pretendia mostrar naquele momento que nada tinha a ver com a escola, por ser uma escola do PSD e do PS, e aproveitou, igualmente, para comentar que o CDS ainda nada tinha construído em Anadia.-----

----- Não deixou também de esclarecer que atuava em conformidade com aquilo que devia fazer e não em conformidade com aquilo que os outros achavam que deveria fazer.-----

----- Constatou, também, o desconhecimento do Senhor Deputado relativamente a todas as obras do concelho, quer na área da educação, nomeadamente os Centros Escolares, quer na área do desporto, os pavilhões, quer na área das vias, a reabilitação urbana. E, nessa conformidade, comentou que só descalçaria a bota difícil que o Senhor Deputado lhe tinha dito que teria para descalçar se tivesse sido ele, ou a Câmara Municipal, a calçá-la, mas como tinha sido o Governo do Senhor Deputado, falando em temos locais, ou melhor, a Direção Regional de Educação do Centro, quem tinha assumido e dado luz verde para que a obra avançasse, não estava preocupado com as críticas do Senhor Deputado, porque aquele tipo de obras não era competência da Autarquia, logo, o Presidente da Câmara Municipal não poderia dar ordens para a sua construção.-----

----- Ainda antes de terminar, destacou que o Presidente da Câmara Municipal era responsável pela Câmara Municipal e assumia e dava contas à Assembleia Municipal e aos Vereadores de tudo o que fazia. Já quanto à atuação da Direção Regional de Educação, e de acordo com o que sabia, constatou que aquela entidade se tinha limitado a aceitar a paragem de uma obra e nem sequer tinha informado a Câmara Municipal de tal facto, por se tratar, naturalmente, de uma obra da sua responsabilidade. Não obstante, não deixou de comentar que se envergonharia de pertencer a uma instituição que nem sequer comunicava à Câmara Municipal que, por falta de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dinheiro, ou por outras razões, ou simplesmente por ser em Anadia, tinha de parar com a obra. Porque nem isso fizeram, rematou.-----

----- A finalizar, recordou que sempre disse que a Direção Regional de Educação era uma comissão liquidatária e, como tal, não teria de informar nada. Teria, sim, de dizer quando de lá sai.-----

----- Para utilizar novamente do direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que da resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal facilmente se depreendia pretender "sacudir a água do capote". Entretanto, reconheceu que efetivamente a construção tinha sido iniciada pela Parque Escolar, que todos sabiam tratar-se de uma sociedade independente do Governo, em termos de autonomia de construção e financiamento.-----

----- Depois, referiu que a informação de que dispunham relativamente à paragem aparentemente confirmada da obra, pelo que o Senhor Presidente tinha dito, a tinham obtido pelos jornais, porque o Senhor Presidente da Câmara, como era hábito, não tinha a decência de informar a Assembleia Municipal.-----

----- No entanto, deu a conhecer que a mesma empresa responsável pela construção da obra de Anadia não tinha parado a obra da Gafanha, que continuava a ser feita na Gafanha. Assim, perguntou por que razão a obra de Anadia tinha parado e disse ser essa a resposta que os Senhores Deputados pretendiam obter naquela sessão. Adiantou, ainda, que o Senhor Presidente saberia perfeitamente por quê, motivo pelo qual não se deveria desresponsabilizar, nem tentar pôr a culpa nos outros, deveria, sim, assumir as suas responsabilidades e informar a Assembleia Municipal daquilo que sabia. Especificando, disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deveria informar os Senhores Deputados sobre a razão para a obra de Anadia ter de parar, para não haver dinheiro, que medidas poderiam ser tomadas e que medidas a Câmara Municipal pretendia tomar.-----

----- A concluir, afirmou que, de uma vez por todas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deveria assumir o que a Câmara Municipal pretendia fazer, em concreto, e deixar-se de andar a tentar responsabilizar os outros.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que o Senhor Deputado ainda não tinha entendido a situação e começava, inclusivamente, a ofender pessoalmente a pessoa do Professor Litério. E, assim, declarou que sempre foi um homem educado para toda a gente, e continuava a sê-lo, na medida em que não iria responder ao Senhor Deputado da mesma maneira.-----

----- Entretanto, repetiu, por forma a esclarecer de uma vez por todas o assunto, que a Direção Regional de Educação, e o Ministério da Educação, eram os responsáveis por aquela obra.



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Esclareceu, ainda, não ter assinado qualquer contrato, nem com a Parque Escolar, nem com a Direção Regional de Educação, nem com o Estado.-----

----- Não deixou de referir que não valeria a pena o Senhor Deputado estar a defender um Estado que não cumpria e acrescentou que o Senhor Deputado se deveria preocupar, antes, com os valores que o Estado Português vai ter de gastar a mais por ter parado com as obras, quaisquer que sejam.-----

----- Também não deixou de informar o Senhor Deputado de que estava enganado, porque as outras obras tinham igualmente parado, o Estado não tinha selecionado a de Anadia. Não estava, sim, a dar cumprimento à palavra dada, ao contrário do Presidente da Câmara que, apesar de ter tantas obras, as vai concluir todas e pagar atempadamente.-----

----- Acrescentou, ainda, que a diferença estava no facto de o atual Governo não ter dinheiro para cumprir, porque a Troika tinha deixado para as calendas verba para aquela parte, assim como também não cumpria na área da saúde, lamentando, a concluir, ser a Troika a mandar no País. Lamentou, ainda, o facto de a Direção Regional de Educação, e de todas as pessoas ligadas ao Ministério da Educação, não terem tido a força e a capacidade de defender as obras instaladas, por conta deles, em Anadia, na Gafanha, e em outros lados, defendendo que deveriam ter dito, claramente, para fazerem as contas e verem quanto perderiam.-----

----- Aproveitando a ocasião, assegurou que nenhuma obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Anadia iria ser suspensa por falta de verbas, ou por falta de pagamentos, adiantando que não tinha sido necessária a publicação da lei dos compromissos para a Câmara Municipal efetuar os pagamentos nos noventa dias seguintes, assim como também as ordens de restrição não tinham feito com que a Câmara não continuasse a empreitar. Assim, referiu que toda a gente sabia que o concelho não estava parado, e que mexia com muita gente ambiciosa de gerir o dinheiro público, da Câmara Municipal, reconhecendo que haveria muita vontade de gerir esse dinheiro, mas provavelmente não haveria muita capacidade. Por tal motivo, declarou-se convicto da inteligência do povo do concelho de Anadia em reconhecer quem faz, quem trabalha e quem é sério.-----

----- Ainda em comentário às críticas que lhe tinham sido dirigidas pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado poderia fazer parte das grandes notícias da comunicação social, mas não poderia escrever que fazia, porque nunca tinha feito nada. Disse, ainda, que o Senhor Deputado poderia denunciar que determinada situação não estaria de acordo com a sua visão, e que faria diferente, mas acreditava que, nem no presente, nem no futuro, alguém lhe daria a possibilidade de decidir.---

----- Retomando o assunto da responsabilidade na paragem da obras da Escola Básica e Secundária de Anadia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou responsabilizar, de uma forma total, a Direção Regional de Educação do Centro e, naturalmente, o Ministério da Educação e, quando muito, talvez, o Ministério das Finanças e a Troika, porque não terão apresentado bem àquela última, o quanto seria financeiramente incomportável, no futuro, uma paragem daquela natureza. Quanto a atacar o Presidente da Câmara relativamente a uma obra



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não era sua responsabilidade, considerou ridículo e, acima de tudo, de uma falta de imaginação de todos os termos.-----

----- Concluindo, referiu que o terreno é propriedade do Município de Anadia e que a Câmara Municipal tinha tido o cuidado de solicitar a autorização da Assembleia Municipal para que pudesse ser ocupado. Portanto, constatou que, se alguém continuava a não cumprir por falta de avaliações, era o Estado, porque a Câmara Municipal, a partir do momento que teve autorização para lá poder deixar construir a escola, fê-lo. Sublinhou, assim, que tudo estava dentro da legalidade, sendo que já não considerava legal o facto de a Direção Regional de Educação adiar a resolução dos problemas com a Câmara Municipal.-----

----- Atendendo às interrupções levadas a cabo pelo Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, aquando da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara deu por terminada a sua intervenção e, de imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a esclarecer o Senhor Deputado de que o Executivo Municipal tinha sido autorizado pela Assembleia Municipal para negociar com a Parque Escolar o futuro dos terrenos onde iria ser construída a Escola Básica e Secundária de Anadia.-----

----- Referiu, ainda, que tinha sido a Assembleia a conceder ao Senhor Presidente da Câmara, enquanto Presidente do órgão executivo daquela edilidade, a possibilidade de fazer esse negócio. Assim, disse ao Senhor Deputado que se o Senhor Presidente da Câmara tinha alguma coisa que descalçar, a Assembleia Municipal também teria, assim como o Senhor Deputado também teria, e todos os elementos da Assembleia teriam, na medida em que todos tinham concedido autorização ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para poder negociar essas questões.-----

----- Recuperada a palavra por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o mesmo perguntou como o CDS, que era contra aquela Escola, que não tinha votado a favor daquela autorização, vinha agora acusar o Presidente da Câmara. Concluiu, declarando que o Senhor Deputado não tinha qualquer razão e desafiou o Senhor Deputado para dizer claramente se acreditava que Anadia não iria ter escola.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reiterou o facto de aquela Assembleia ter tomado uma decisão quanto à construção da Escola Básica e Secundária de Anadia, e adiantou parecer-lhe bastante demeritório que quem nunca tinha estado no meio do processo, nem tão pouco dele se tinha aproximado, pudesse falar dele com o à vontade com que falava. Não obstante, determinou que a questão ficaria assim encerrada.-----

----- Perante a tentativa de intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou-o de que teria duas opções: ou se calaria, ou ele próprio solicitaria à Assembleia Municipal a suspensão da presença do Senhor Deputado na sessão. Disse, ainda, não aceitar que o Senhor Deputado se apresentasse à sessão com o intuito de pretender transformar a casa mais nobre do concelho de Anadia numa qualquer coisa da sua imaginação.-----

----- De imediato, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, começou por dizer que a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco o obrigava a levantar duas questões. Primeiro, e relativamente à questão sobre o que iria acontecer à Escola Básica dos segundo e terceiro ciclos de Anadia, o Senhor Deputado explicou que por arrastamento, seria levada para o novo edifício, porque inicialmente nem sequer estava prevista. Ressalvou, ainda, que acabou por ser alargado o novo edifício previsto para a secundária, que já nessa altura tinha o terceiro ciclo, e que por arrastamento se estendeu ao segundo ciclo, e extinguir, também, a chamada EB 2/3.-----

----- Relativamente ao segundo aspecto que pretendia falar, o Senhor Deputado disse que lhe dava a impressão que o Senhor Deputado do CDS não percebia bem o que era a democracia, porque se a Assembleia tinha votado, mesmo quem votava vencido, tinha de ser solidário com a decisão. Comentou, ainda, que o Senhor Deputado não poderia votar contra e alhear-se, na medida em que as maiorias funcionam. Assim, declarou não estar a ver o que para o Senhor Deputado era a democracia, algo que considerava de alguma forma esquisito, nos tempos de hoje. Para concluir, reconheceu que, de facto, nem sempre concordavam com tudo, mas a partir do momento em que a maioria entendia ser assim, a democracia dizia que era assim.-----

----- Dando continuidade às intervenções no âmbito daquele segundo ponto do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado começou por introduzir que num momento em que se verifica um aumento do desemprego no concelho de Anadia e se assiste ao encerramento de várias empresas por insolvência, avoluma-se cada vez mais a fome, a pobreza e a miséria. Referiu, também, que embora o atual Governo, por intermédio do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, diga que está a matar a fome aos portugueses, apenas a amortece, mas não combate essa mesma pobreza.-----

----- Continuando, constatou que os desempregados, a nível nacional, já passam de um milhão, se a esse milhão forem incluídos os jovens que tentam adquirir o primeiro emprego e os jovens licenciados até aos trinta anos de idade, sendo que a mão de obra de desemprego no país atinge os cinquenta por cento. Um monstro na sociedade portuguesa, concluiu, levando os portugueses ao caminho do desastre total, porquanto aumenta a criminalidade, aumenta a dificuldade no acesso à educação e aos cuidados de saúde.-----

----- E sobre esta última matéria, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se tinha sido ouvido, ou se a Câmara Municipal tinha sido ouvida sobre a retirada de seis clínicos do Hospital José Luciano de Castro, na medida em que considera ser o caminho do desastre da saúde no concelho de Anadia.-----

----- Abordando um segundo tema, deu a conhecer que recentemente tinha visitado o mercado de Vilarinho do Bairro e tinha sido abordado por alguns agricultores que lhe manifestaram a sua imensa dificuldade em escoar os seus produtos. Acrescentou, assim, que, em tempos, aqueles



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agricultores tinham três domingos para poder vender esses produtos no mercado, com local destinado, mas esse acesso foi-lhes vedado. Pelo exposto, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da possibilidade de ultrapassar aquela questão, porquanto, segundo os agricultores, com a venda daqueles produtos comprariam outros no mesmo mercado.-----

----- Por fim, e também sobre a Escola Secundária de Anadia, disse que gostaria de lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que não tinha respondido ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco o seguinte: o atual Governo recentemente apoiou o ensino privado no distrito de Aveiro com distribuição de verbas, e ainda que ressalvando não ser contrário ao ensino privado, entende que o mesmo deve ser apoiado em paralelo com o ensino estatal, sendo que essa verba que tinha sido distribuída hoje estava a fazer falta para o avanço das obras da Escola Secundária. Portanto, concluiu que a culpa é do atual Governo, do Ministério da Educação e da Direção Regional de Educação do Centro.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, aproveitando a abordagem do Senhor Deputado João Morais sobre a questão do desemprego, que constatou ser facto que todos os dias no país encerravam muitas empresas, mas aproveitou para referir que uma consequência da situação da escola de que tinham falado um pouco atrás, não era só de a de as obras não avançarem, era, também, e não menos importante, era os quatrocentos a quinhentos trabalhadores que lá trabalhavam, o que fazia do Estado um desempregador, estando a retirar um trabalho que estava naturalmente na agenda dessas empresas que ali estavam a trabalhar e que, agora, se obrigaram a mandar toda aquela gente para casa. Ao que acrescentou, que muita dessa gente, enquanto trabalhava na cidade, dava vida ao comércio de Anadia e arredores, criando, assim, mais uma lacuna em Anadia.-----

----- Aproveitou a oportunidade, para informar que o próprio Ministério da Solidariedade Social já tinha convocado a Câmara Municipal para uma reunião onde serão tomadas medidas contra todas essas carências, nomeadamente a fome. Não deixou, assim, de comentar que um país que ainda recentemente vivia, e talvez ainda viva, numa percentagem muito grande, em alguma abundância, apesar de restrita, venha já um Ministério procurar reunir com as Câmaras Municipais no sentido de encontrar uma solução para minimizar todas as situações que o desemprego, naturalmente, acarreta.-----

----- Portanto, e apesar de não estar de acordo com o Senhor Deputado João Morais, na medida em que o país e a Europa vivem momentos de crise, não deixou de reconhecer a necessidade de serem tomadas medidas mais urgentes, passar das palavras aos atos, de maneira a que o problema não acabe por desencadear fome no concelho de Anadia, um concelho que sempre foi auto suficiente na maior parte do seu setor económico.-----

----- Quanto à saúde, informou o Senhor Deputado que não poderia dizer-lhe se realmente tinham sido retirados seis clínicos, mas adiantou que a Coordenadora do Baixo Vouga o tinha



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

informado de que iriam retirar a consulta aberta do Hospital José Luciano de Castro para o Centro de Saúde de Anadia, por este último reunir mais condições e outras possibilidades. Não obstante, disse não saber o que iriam fazer relativamente àqueles seis médicos que estariam na consulta aberta, aventando, sem qualquer tipo de informação a esse respeito, que provavelmente seriam encaminhados para o Centro de Saúde.-----

----- Aproveitou, então, para lamentar que, a pouco e pouco, os responsáveis vão acabando com o que resta. No entanto, não pode deixar de recordar que quando naqueles tempos tinha alertado para o facto de que toda aquela questão da consulta aberta no Hospital era uma farsa, era com a intenção de dizer que todas as obras que tinham sido levadas a efeito no Hospital, algo complexas e dispendiosas, não tinha passado de uma atitude para enganar as populações, dizendo que o Hospital não encerrava, porquanto esse serviço, já naquela altura, funcionava sob a batuta da Direção Regional de Saúde, ou seja, controlada pelo Centro de Saúde de Anadia.-----

----- Por conseguinte, considerou que os responsáveis iriam, brevemente, retirar a consulta aberta do Hospital, e aproveitou para chamar a atenção das pessoas que estavam habituadas a deslocar-se ao Hospital, no sentido de se prevenirem, porque já não o poderiam continuar a fazer, Hospital que, concluiu, já tinha sido encerrado há muito tempo, logo naquela altura, mas que alguém, por uma questão de conveniência, foi dizendo que era Hospital.-----

----- Não obstante, não deixou de referir que, provavelmente, os serviços até poderão funcionar melhor no Centro de Saúde, por ter mais meios à disposição. E adiantou, também, que funcionar no Hospital ou no Centro de Saúde não faria grande diferença, na medida em que no Hospital, segundo sabia, nunca tinham sido abertas as portas a uma consulta aberta, porque quando havia problemas, encaminhavam logo as pessoas nas ambulâncias do INEM para os Hospitais de Coimbra ou de Aveiro, ou até de Águeda e nunca para o Hospital de Anadia. Concluiu, considerando ser razão suficiente para dizer que as coisas só tinham mudado de lugar.-----

----- Quanto ao mercado de Vilarinho do Bairro, disse que não saberia responder, mas se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia ali presente quisesse dizer alguma coisa, não via inconveniente.-----

----- Relativamente à questão da escola pública e privada, disse ter dúvidas quanto ao facto de o Senhor Deputado apoiar a escola privada, como ele próprio tinha declarado. De qualquer modo, disse considerar que o Governo atua com seriedade, pelo que o dinheiro que é destinado para a escola pública não iria, com certeza, ser utilizado pela privada, e vice-versa. Portanto, declarou que não seria como o Senhor Deputado tinha afirmado. Disse, sim, que o problema era que a situação económica do país levava a concluir que o dinheiro não era suficiente para tudo, logo, teriam de ser feitas opções.-----

----- Mas aproveitou para referir, relativamente à nova Escola Básica e Secundária de Anadia, que algo o entristecia. Pela própria arquitetura da escola, pelo material da construção, disse que, a ser Governo, ou a ser responsável por uma obra daquelas, pararia todas as outras obras



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e avançaria com aquela, por realmente ser uma fotografia de grande impacto positivo para o concelho de Anadia, relativamente à qual se teria de defender muitas vezes, porque, como alguém já tinha dito, era ele o responsável pela obra e, portanto, teria de se defender muitas vezes e dizer que nada tinha a ver com aquilo.-----

----- Concluiu, declarando-se solidário com o Senhor Deputado João Morais, na questão do desemprego, e disponibilizou-se, também, para colaborar, seja com medidas do Governo, ou de entidades de solidariedade social, ou até de outras entidades, na tentativa de minimizar os efeitos do que considera uma calamidade.-----

----- Na continuidade da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Mário Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD, e Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Uma vez cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado, em resposta ao Senhor Deputado João Morais, começou por referir que o Senhor Deputado, com certeza desconhecia totalmente o mercado de Vilarinho do Bairro. Assim, disse que gostaria que o Senhor Deputado lhe apresentasse uma única pessoa que tivesse ido ao mercado de Vilarinho para vender os seus produtos agrícolas e não lhe tivesse sido concedida autorização para o efeito. Inclusivamente, adiantou ao Senhor Deputado que todos os feirantes eram obrigados a ter um cartão emitido pela entidade responsável (das Finanças), mas acrescentou que aos agricultores não lhe é perguntado se têm algum desses cartões, apesar de reconhecer que também deveriam estar legalizados. No entanto, e por conhecerem as dificuldades por que os agricultores atravessam, informou que os deixavam entrar, emitindo-lhes, apenas, um documento para a GNR não interferir.-----

----- Portanto, dirigindo-se ao Senhor Deputado João Morais, pediu desculpa, mas disse que o Senhor Deputado estava a faltar à verdade e adiantou que o Senhor Deputado poderia acompanhar um agricultor que pretendesse vender os seus produtos no Mercado de Vilarinho do Bairro, para ver que aquilo que lhe estava a dizer era verdade. Não deixou de reconhecer a enorme dificuldade vivida pelos agricultores, mas recomendou ao Senhor Deputado que antes de abordar aquele assunto, deveria procurar informar-se da situação e ler o regulamento do Mercado de Vilarinho do Bairro.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado Mário Heleno, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado passou a falar da questão da nova escola de Anadia. Começou por considerar que todos concordariam que aquela escola seria um bem precioso e necessário para o desenvolvimento do concelho.-----

----- Entretanto, passou a constatar que tinham tendência em confundir, muitas vezes, o papel de cada um na sociedade e, naquele caso em particular, no concelho de Anadia, qual a sua responsabilidade em termos de promover o melhor desenvolvimento e o progresso do concelho. Reconheceu e disse compreender que seria difícil, por vezes, assim como para ele também era,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma vez que o seu partido faz parte do Governo, e que o Governo tem de fazer cortes por algum lado, que seria difícil, como dizia, estarem a criticar o verdadeiro responsável e, então, começarem a espalhar os tiros para o lado.-----

----- Mas, constatou, no entanto, e com conhecimento de causa, uma vez que tinha trabalhado extensivamente para aquela empresa, que certo era que a Parque Escolar tinha feito a asneira de lançar obras atrás de obras, numa altura em que era preciso aumentar a execução do Quadro Comunitário e, portanto, lançaram concursos um pouco à toa e entregaram obras para passar de uma execução de catorze para trinta por cento. Acrescentou, ainda, que isso tinha acontecido no prazo de seis meses, prazo em que foram lançadas mais obras do que nos dois anos anteriores. Concluiu, então, que lançar as obras é obviamente fácil, mas, depois, é preciso pagá-las. E, todos conheciam as dificuldades do país em pagar aquilo que já tinha feito, quanto mais pagar o que estava por fazer.-----

----- Continuando, referiu que a verdade era que a obra estava parada e não havia qualquer pagamento da Parque Escolar para a obra, concluindo competir à Parque Escolar resolver o problema, porque a Câmara Municipal de Anadia tem feito o seu trabalho, estando as suas obras, as que a Câmara Municipal lançou, nomeadamente na área da educação, a avançar. Portanto, sugeriu ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco para lançar os tiros, mas para quem realmente tem alguma responsabilidade no assunto, não para a Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal, se era responsável por algumas obras na área da educação, essas estavam a avançar, no âmbito de um projeto ambicioso de renovação do seu parque escolar básico, do qual todos se deveriam orgulhar.-----

----- Já quanto à obra da Escola Básica e Secundária de Anadia, recordou que a Assembleia Municipal tinha dado a carta branca ao Senhor Presidente da Câmara para negociar a melhor maneira de Anadia ter essa escola. Assim, destacou que o resultado estava à vista. Anadia tinha ali uma obra muito linda, que estava a meio e entretanto tinha parado, mas que haveria de continuar quando houvesse disponibilidade financeira, porque, dirigindo-se ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, a verdade era que o País estava sem dinheiro porque andou a gastá-lo mal durante muito tempo e certo era, também, que os cortes teriam de começar por algum lado. No entanto, não deixou de lamentar o facto de serem os seus partidos que se encontram no Governo, e terem de fazer os cortes, mas reconheceu, também, que os teriam de fazer e que os portugueses teriam de engolir os sapos.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir, relativamente à intervenção formalizada pelo Senhor Deputado Dino Rasga, que tanto sabe o que é democracia que está do lado da oposição. Referiu, também, que não seria fácil estar do lado da oposição, e que provavelmente seria mais fácil estar do lado do poder, mas adiantou que isso não o fazia baixar os braços e continuaria a defender o município e os munícipes de Anadia.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, comentou que, se calhar, para ajudar os pobres, não seria necessário andar a construir passeios indesejáveis que ninguém sabia muito bem para que era aquilo, ou melhor, sabia que era para pagar o estacionamento localizado atrás da Câmara, onde o Senhor Presidente da Câmara tinha andado a construir um parque de estacionamento subterrâneo. O que era certo, acrescentou, era que cantina social continuava a não existir, embora a oposição, democraticamente, já o tivesse mencionado várias vezes. Aproveitou para sugerir uma solução muito simples ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Disse haver vários protocolos, inclusivamente com a Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada, que se encontra na área da hotelaria, haver uma cantina que se encontra livre, haver voluntários que pretendem participar em Anadia. Adiantou, também, que o CDS já por várias vezes o tinha manifestado, mas o Senhor Presidente da Câmara Municipal gostava mais de passeios indesejáveis e estacionamentos a pagar, do que de cantinas sociais e apoio à habitação social.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, esclareceu que os Deputados do CDS-Partido Popular não lançavam tiros. Relembrou que na altura tinham chamado a atenção, e quiseram contribuir positivamente para a questão do negócio dos terrenos, por consideram um trunfo que a Câmara Municipal tinha na mão para poder ficar com o seu património mais valioso. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal e as pessoas que votaram favoravelmente na proposta da Câmara se tinham esquecido do que poderia acontecer, à semelhança do que vinha acontecendo, também, no país, que era o facto de as pessoas não pensarem um bocadinho mais para a frente e, depois, não pensarem nas consequências que determinadas decisões hoje acarretam.-----

----- Naquele caso, esclareceu que os Deputados do CDS só queriam lembrar de que tinham avisado na devida altura que era um bom negócio, se os terrenos do ciclo e do liceu passassem para o lado do Município antes de ser iniciada a obra. Então, depois, o Senhor Presidente da Câmara Municipal poderia dar o direito de superfície temporário à Parque Escolar para iniciar a construção, mas o negócio devia estar previamente acautelado para o Município não sair lesado como saiu. Concluiu, declarando que a gestão tinha sido mal feita e considerou que era democrático assumir isso e, entretanto, olharem para a solução.-----

----- A finalizar, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal quais as soluções que o Município teria agora, que era isso que tinha colocado em cima da mesa para discutir, oferecendo o contributo dos Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular para ajudar, sendo essa vontade do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para uma segunda intervenção.-----

----- O Senhor Deputado, abordando o assunto das escolas, começou por constatar que qualquer pessoa já teria percebido que a Câmara Municipal nada tinha a ver com a construção da obra, mas antes a empresa denominada Parque Escolar, que estava sem dinheiro, como tinha dito o Senhor Deputado Rafael Timóteo, e tinha recebido instruções para cortar em



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer lado. Referiu, também, que o Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco tinha dito, e bem, que havia uma escola que continuava em reconstrução, de acordo com a informação de que dispunha até há dois dias atrás, mas adiantou que havia uma razão. Como não havia dinheiro, o empreiteiro tinha sido questionado no sentido de parar com uma das duas obras que tinha, sendo que o processo de construção da escola de Anadia seria reintegrado no novo orçamento de Estado, ou numa nova disponibilidade de dinheiro.-----

----- No entanto, esclareceu que o empreiteiro tinha feito uma opção que, por muito que não gostassem dela, essa decisão tinha a sua lógica, porquanto a escola da Gafanha, uma escola que não estava a ser feita de raiz, tinha sido parcialmente deitada a baixo e continuava a ter aulas a par com obras. Assim, reiterou que, quer gostassem, quer não, a lógica era que uma escola daquelas estava a causar problemas a quem lá trabalhava, e a quem lá estudava e, portanto, a ter que parar uma obra, seria uma obra que, por muito que lhes custasse, repetiu, se estavam instalados em Anadia há setenta anos, também poderiam estar mais um ano, ou mais um ano e meio. Então, uma vez mais considerou existir lógica em optar por dar continuidade à reconstrução da escola da Gafanha, em detrimento da de Anadia, que pode esperar mais uma ano, até porque alguém teria que decidir e, nesse aspeto, considerou que o tinha feito com lógica.-----

----- Para terminar, referiu ser o mesmo que se passava com os tais passeios e com as tais obras, de que alguém tinha falado. Quem pode decidir decide, quem não pode decidir, goste ou não, tem que olhar, restando-lhe a alternativa de se candidatar para poder decidir depois da melhor maneira.-----

----- Depois das intervenções levadas a efeito pelos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu apenas ter já ouvido muitas vezes a mesma coisa, pelo que nada mais tinha a dizer.-----

----- Antes de dar por encerrado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou os Senhores Deputados interessados na matéria de que junto ao livro assinatura de presenças se encontrava uma capa com a correspondência nos últimos tempos para consulta. Informou, também, que da documentação resultante da sessão extraordinária de trinta e um de janeiro de dois mil e doze apenas duas entidades tinham respondido, até ao momento, sobre a receção dessa documentação, a Casa Civil do Senhor Presidente da República e a Bancada do PSD na Assembleia da República.-----

----- Prestadas as informações, deu, então, o período de antes da ordem do dia por encerrado e passou, de imediato ao período da ordem do dia, apresentando o seu primeiro ponto: *"Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)".*-----

----- Para fazer a introdução daquele primeiro ponto da ordem do dia, passou a palavra ao



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal submeteu o assunto à consideração dos Senhores Deputados, não sem antes destacar algo que considera importante, o número de obras que são referenciadas no documento, umas em consignação, outras aprovadas, outras adjudicadas, outras a aguardar visto do Tribunal de Contas. No entanto, declarou-se de alguma forma surpreso com o destaque dado a passeios, estacionamento indesejáveis, comentando que não as desejam por não serem capazes de o fazer. Entretanto, aproveitou para referir que os municípios vizinhos gostariam de ter isso, sublinhando que o Município de Anadia tinha, naquele momento, cerca de vinte e cinco milhões de euros adjudicados e mais haveriam de ser adjudicados, com dinheiro.-----

----- Assim, explicou que o que constava do documento era uma informação sobre a atividade da Câmara Municipal devidamente sustentada e sustentável. No entanto, não deixou de reconhecer que gostaria de que muito mais constasse daquela informação, mas tinha consciência, e para não cair nas asneiras que os sucessivos Governos do país tinham feito, usava uma bota ao tamanho do pé. Sublinhou, ainda, que os elementos da Câmara Municipal eram iguais a si próprios, exigentes com os seus orçamentos, exigentes com o seu projeto, do qual davam conhecimento à Assembleia Municipal de forma sistemática, e que felizmente vinha sendo acolhido por uma extensa maioria, que ultrapassava o próprio PSD, e que só algumas pessoas não viam as obras que se encontravam a decorrer em todo o concelho.-----

----- Por tal facto, perguntou se as populações, amanhã convidadas a votar, iriam votar nas pessoas que criticavam aquelas obras, muitas das quais de extrema necessidade e que já vinham extremamente atrasadas, e adiantou que muito concelhos já tinham aquelas infraestruturas há muito tempo, pelo que as pessoas se deveriam, antes, sentir regozijados por isso.-----

----- Não deixou de reconhecer os contratemplos que tais obras, nomeadamente as de saneamento, trazem para os munícipes, pela sua complexidade, mas adiantou que felizmente as pessoas aceitam esses contratemplos por saberem que irão contribuir para a melhoria da sua terra, para seu benefício próprio, embora com as complicações que uma obra em frente à moradia de cada um sempre trazem.-----

----- Portanto, reiterou que nunca seria possível apresentar toda a atividade da Câmara no documento em apreciação, uns trabalhos por não se lembrarem e outros porque gostariam de ver constar do documento, mas que o orçamento do Município ainda não conseguiu contemplar. No entanto, mostrou-se determinado em continuarem a esforçar-se por isso. Aproveitou, ainda, para destacar algumas situações de que o Executivo muito se orgulhava, nomeadamente os passeios em Espairo, em Avelãs de Caminho, em Anadia, e, porque não, um estacionamento subterrâneo que era um emblema do concelho de Anadia, comparativamente com muitos outros da mesma envergadura financeira, administrativa, e até em termos populacionais, que gostariam de ter e não tinham.-----

----- Nada mais tendo a apresentar, submeteu o documento à apreciação dos Senhores



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados.-----

----- Concluída a intervenção feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenções dos Senhores Deputados no âmbito daquele primeiro ponto da ordem do dia, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Cumprimentados os presentes, o Senhor Deputado começou por referir que iria falar de alguns aspetos que lhe pareciam menos esclarecidos no documento em apreciação.-----

----- Assim, e numa primeira situação, solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre todas as obras que se encontravam a decorrer na Rua das Flores, reconhecendo não perceber muito bem a sua finalidade, se passeios, se árvores, o que ocupa mais a faixa da estrada e o que não, e solicitando, nesse sentido, uma explicação do que era pretendido fazer naquele local. Acrescentou, ainda, imaginar que qualquer obra de reestruturação que fosse levada a efeito naquela via, viesse valorizar uma das entradas de Anadia e servisse, inclusivamente, de cartão de visita para a própria cidade, por considerar ser aquela uma entrada magnífica, que merecia ser valorizada de uma forma extraordinária, porque também iria valorizar, com certeza, a cidade.-----

----- Uma segunda questão, que disse ter para colocar, tinha a ver com o PDM e, nessa conformidade, pedir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer um ponto da situação do PDM e informar para quando iriam ter PDM, se fosse possível dar essa informação.-----

----- Apresentando uma terceira nota, declarou-se um pouco surpreendido quando ao ler o documento em apreciação tinha verificado um total de dezasseis processos em que a Câmara Municipal estava envolvida, constatando, assim, que aquele número de processos vinha aumentando constantemente. Adiantando não lhe competir julgar as razões subjacentes a todos aqueles processos, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar a conhecer aos senhores Deputados uma visão, ainda que geral, do por quê daquele aumento do número de processos, o que estaria a Câmara Municipal a fazer de tão errado que leve a que os municípios e outras entidades acabem por levantar processos à Câmara Municipal, ou, pelo contrário, se estaria, afinal, a Câmara Municipal a tomar atitudes tão certas que essas mesmas entidades não consigam compreender. Portanto, reiterou, a terminar, que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes desse uma visão daquele aumento desmesurado de processos.-----

----- Para responder à intervenção concluída pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Sobre as obras na Rua das Flores, uma das entradas principais de Anadia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal aconselhou o Senhor Deputado a aguardar para ver o resultado final da empreitada, porque iria ficar uma entrada bonita. Aproveitou para referir que normalmente as obras são realizadas com vedações provisórias até à sua conclusão, o que não pode acontecer com aqueles trabalhos na Rua das Flores, pelas suas características.-----

----- Referiu, entretanto, não saber o que aquilo poderia ser de tão impressionante para



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

levantar tanto problema ao Senhor Deputado, na medida em que a obra nem sequer estava concluída. No entanto, admitiu que discutível seria se às pessoas lhes agrada o projeto ou não, porque o importante é que as obras estejam de acordo com o projeto e no caso de haver necessidade de proceder a alguma correção, compete ao técnico responsável por esse projeto fazê-lo.-----

----- Não deixou de reconhecer ter havido um pequeno problema com a entrada das casas, nomeadamente com o facto de as passadeiras que não terem concordância, o que obrigou a um ajustamento, concluindo que depois de tudo isso feito e devidamente alcatroado, e também arborizado, iria ficar bonito. Reiterou, assim, que deveriam aguardar para ver.-----

----- Antes de passar à questão do número de processos, começou por informar que estava a decorrer mais uma inspeção na Câmara Municipal. Nesse sentido, disse que as inspeções sempre encontram qualquer coisa e disso resulta que a Câmara tem de ir aos Tribunais para ser julgada e saber se o Presidente, ou o funcionário, teve algum problema lesivo dos interesses do Município e, portanto, para ser devidamente sancionado.-----

----- Quanto ao aumento do número de processos, um tema abordado pelo Senhor Deputado Rui Marinha, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o mesmo tinha origem, precisamente, nas diversas inspeções a que Câmara Municipal foi submetida, adiantando que alguns já se encontravam finalizados e com resultados positivos para a Câmara Municipal, destacando, no entanto, que falaram de casas clandestinas mas nenhuma tinha sido objeto de processo judicial. Não deixou, também, de reconhecer que efetivamente existiam algumas casas que tinham problemas no processo de licenciamento e a inspeção que tinha estado na Câmara Municipal tinha querido que a Câmara Municipal declarasse nulidade da decisão. Ora, quanto a essa decisão, esclareceu que a Câmara não iria declarar nulo um ato que considerava certo, justo, apoiado, pelo que, só competia ao Tribunal, uma vez que a Câmara nunca o iria fazer, decidir sobre essa nulidade.-----

----- Explicou, assim, ser por esse motivo que apareciam no documento uns cinco ou seis processos, referentes a essa matéria. Acrescentou, ainda, que havia outros processos referentes a situações de pessoas que não pagavam a água, ou que faziam ligações clandestinas, aliás, algo que adiantou que iria aparecer cada vez mais, para além de outros, também, que diziam respeito a processos de pessoal que concorria para a Câmara Municipal e não tinha ficado colocado. Informou, assim, tratar-se de processos que eram enunciados no documento, mas que se encontravam disponíveis para ser analisados por qualquer Senhor Deputado, concluindo que mais transparente não poderia acontecer, porque, inclusivamente, estavam indicados os nomes das pessoas.-----

----- Sobre o PDM, e uma vez que tinha falado na inspeção que se encontrava a decorrer na Câmara Municipal, até ao mês seguinte, informou que o processo era para ter sido entregue na CCDD no final do mês anterior. No entanto, explicou que o que acontecia era que os técnicos da Autarquia estavam extremamente ocupados em reunir informação suficiente para a inspeção, o que fez com que tivessem de relegar para segundo plano o trabalho do PDM, porque a Câmara



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é obrigada a dar prioridade à inspeção. Considerou, então, que logo que a inspeção termine, os técnicos ficam disponíveis para dar os retoques finais para remeter o processo do PDM. No entanto, chamou a atenção para o facto de que isso não queria dizer que depois, e não obstante a boa vontade das partes, o resultado fosse imediato, até porque, nessas matérias, nem arriscava a adiantar o que quer que fosse, aguardava para ver.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Relativamente aos passeios, o Senhor Deputado referiu que não estavam a ser construídos apenas na Rua das Flores, estavam também a ser construídos passeios na Avenida das Laranjeiras, que incomodam as populações, inclusivamente à frente de estabelecimentos comerciais que antes tinham cinco ou seis vezes mais lugares para estacionar e agora não os vão ter, e têm, antes, uns lugares meio de lado, que provavelmente terão a ver com a rotunda que lá vai ser construída.-----

----- Entretanto, e relativamente à Rua das Flores, perguntou, se a rua tem dois sentido, e não passam dois automóveis, como poderiam passar dois autocarros. Recomendou, então, para o Senhor Presidente da Câmara Municipal falar com os seus técnicos, que sabia estarem a ser inspecionados, apesar de desconhecer por quê, porque havia ali qualquer coisa que não estava a bater a bota com a perdigota.-----

----- Relativamente ao PDM, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se haveria alguma coisa mais prioritária que o PDM no desenvolvimento do concelho de Anadia. Referiu, entretanto, que a inspeção estava a decorrer no âmbito judicial, relativamente a processos que estavam a correr em Tribunal, pelo que se tratava de um trabalho que, na sua opinião, deveria ser efetuado pelo departamento jurídico da Câmara Municipal e não pelos técnicos que estavam a elaborar o PDM.-----

----- Comentou, então, conhecer o jeito do Senhor Presidente da Câmara Municipal em tentar dar a volta às perguntas que lhe eram feitas, mas afirmou que o Senhor Presidente da Câmara tinha responsabilidades, que tinha de assumir, de entre as quais responder às perguntas que lhe eram colocadas, mas de modo a não fazer de todos os Senhores Deputados parvos. Acrescentou que deveria responder no âmbito da sua atividade, no âmbito das suas obrigações, por que motivo o PDM ainda não tinha sido enviado para a CCDR, para a Comissão Técnica de Acompanhamento. Apelou, assim, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dizer a verdade, porque o Senhor Presidente não sabia o que haveria de fazer, perante tantas atrapalhões, perante tanta falta de documentos, que já não sabia por onde se virar. Reforçou, mesmo, para o Senhor Presidente da Câmara Municipal assumir aquela situação e concluiu que a sua pergunta era para o Senhor Presidente da Câmara Municipal responder com seriedade às perguntas que lhe eram feitas.-----

----- Insistiu com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar a Assembleia Municipal do estado em que se encontrava o PDM, que documentos faltava entregar à Comissão



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Técnica de Acompanhamento, para quando estava agendada a próxima reunião com a Comissão Técnica de Acompanhamento, e não para tentar desviar as atenções com inspeções que já duravam há algum tempo.-----

----- Relativamente à questão dos processos judiciais, um assunto que considera bastante sério, disse que gostaria de saber se o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha cumprido a decisão judicial que o obrigou a retirar todo o entulho que estava na zona de Alféloas, e a repor o coberto vegetal, porque o Senhor Presidente tinha dito que se houvesse decisão era para ser cumprida. Disse, ainda, que gostava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal informasse a Assembleia Municipal se já tinha cumprido a decisão que o tinha condenado a retirar todo o entulho, porque constava que andava a utilizar o saibro não se sabe muito bem onde, e disse, também, que pretendia saber se tinha gasto dinheiro com isso.-----

----- Sobre ao relação dos processos judiciais, constatou que do documento também constava um processo judicial contra uma empresa, a "Primefix – Colas e Argamassas Técnicas, Lda.", uma empresa privada, que apesar de ser privada, dava mão de obra para o Município, concluindo, assim, que não constavam apenas processos contra pessoas, ou sobre casas particulares clandestinas ou ilegais.-----

----- Não deixou, ainda, de comentar que a pergunta do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS não tinha sido descabida, a resposta é que tinha sido, porque os Senhores Deputados querem que lhes seja facultada informação sobre situações concretas. Então, referiu que o colega tinha mencionado os processos e que o Senhor Presidente, em resposta, se tinha posto a falar em alguns, mas depois tinha-se perdido no meio dos processos todos, sem que tivesse respondido à pergunta que lhe tinha sido feita.-----

----- Por esse motivo, reiterou a pergunta do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, no sentido de o Senhor Presidente da Câmara Municipal, processo por processo, se possível, mencionar efetivamente de que se tratava e que culpa o réu, Município de Anadia, tinha naquela questão. Se teria a ver com o PDM, ou se o Município de Anadia teria praticado atos ilegais, porque, nesse caso, teria de assumi-los. Nessa conformidade, aproveitou para recordar que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular já por várias vezes tinha manifestado que, se a Câmara Municipal tinha emitido licenças para construções inseridas em REN e em RAN, claro que teria de assumir a sua responsabilidade, e todos iriam pagar por isso. Acrescentou, aliás, que todos já estavam a pagar, porquanto o IMI daquelas habitações clandestinas não estava a ser pago e quem teria de pagar todas aquelas coisas eram os outros que estavam a ser leais para com o sistema onde estão inseridos.-----

----- Reforçou, assim, que aquelas pessoas não pagavam IMI, aquelas empresas não pagavam os seus impostos, pelo que a Câmara Municipal tinha que resolver aqueles problemas, até porque aquelas pessoas e empresas, também não terão, se as habitações e as empresas vierem abaixo, mais onde viver, ou onde exercer as suas atividades, e, no último caso, fecharão.-----

----- Portanto, concluiu que a Câmara Municipal tem de assumir a sua responsabilidade em todos aqueles processos e adiantou que, não tendo cumprido as suas obrigações como devia, de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentar pedidos de informação prévia às entidades respetivas, nomeadamente à Comissão Nacional da Reserva Ecológica e à Comissão Nacional da Reserva Agrícola, teria, de uma vez por todas, assumir a sua responsabilidade e tratar destes assuntos o quanto antes.-----

----- Depois de concluída a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por fazer referência às obras que se encontravam a decorrer entre Avelãs de Caminho e São João de Azenha, e entre Espairo e a Curia, para constatar que quanto à última, e em particular em Espairo, junto ao estabelecimento do Senhor Antero dos frangos, o laticínio se encontra mesmo em cima da soleira da porta do lado poente, existindo, logo a seguir a essa casa, um muro velho. Pelo exposto, perguntou se não teria sido possível a Câmara Municipal negociar um espaço de terreno, demolindo o muro e construindo outro, para permitir alargar ali um pouco a estrada, conforme tinha acontecido nos municípios de Oliveira do Bairro e Mealhada, que tomaram essas precauções.-----

----- Referindo-se, então, ao caso de Avelãs de Caminho, constatou precisamente a mesma situação junto ao Coito. Nesse caso, considerou que a Câmara podia ter usado de um pouco mais de inteligência, porque, considerando o facto de a Câmara Municipal não ter falta de recursos económicos, conforme constava das informações que vinham sendo dadas pelo Senhor Presidente, mais uma razão haveria para ser possível negociar alguns metros de terreno. Não obstante, não deixou de reconhecer que desconhecia se teria havido, ou não, desinteresse, ou também alguma dificuldade com os proprietários.-----

----- Entretanto, passou a dar uma informação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Informou, assim, que no caminho de acesso à ETAR de Sangalhos, mais conhecido como local do Salão, uma tampa da conduta principal tinha sido furtada e, de acordo com informação de alguns vizinhos, o furto dessa tampa já teria acontecido há aproximadamente um mês. Deu, ainda, a conhecer que no lugar da tampa se encontravam duas pontas de cana, pelo que qualquer cidadão que ali passasse de noite, de carro, a pé ou de bicicleta, estaria sujeito a ter um acidente muito grave, já não pondo em causa uma criança que lá pudesse cair. Pelo exposto, solicitou ao Senhor Presidente para, no mais curto espaço de tempo, proceder ao restabelecimento dessa tampa.-----

----- A finalizar, pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre o que tinha acontecido na Avenida Dr. Seabra Dinis, em Sangalhos, junto ao Edifício da Sangália, mais propriamente em frente à Clínica do Senhor Reis, na medida em que lhe tinha sido dado a conhecer que teria havido um rebentamento, só não sabia se seria do saneamento ou se da conduta da água.-----

----- No seguimento das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre as questões apresentadas.-----

----- Relativamente à questão dos processos judiciais, levantada pelo Senhor Deputado João



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse não ter mais a responder mais sobre a questão, na medida em que os processos eram identificados no documento em apreciação, encontravam-se na Câmara Municipal, a não ser que levasse todos os processos para a sessão da Assembleia, mas, para tal, o Senhor Deputado não teria tempo, porque não poderia usar mais do que aquele a que tinha direito, a não ser que ele lho desse para o poder tratar com a delicadeza com que vinha tratando. Assim, disse não ter mais a comentar porque era sempre mais do mesmo e com pouca substância.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou não ser mesmo possível negociar, dando o exemplo de que muitas vezes os proprietários para dar um pouco de terreno ameaçam fazer, por exemplo, um muro em betão sem autorização, em que ninguém mexe, e depois, se a Câmara Municipal remeter o assunto para Tribunal, contribuirá para aumentar ainda mais o número de processos judiciais constantes do documento. Assim, disse que havia que fazer opções em ordem a dar continuidade à obra e, em particular na situação Senhor de Espairo, disse que teria de ser ele a tratar da questão do estacionamento porque tem a casa à beira da estrada, e provavelmente queria um estacionamento do outro lado da estrada, mas a Câmara tem de tratar a todos por igual.-----

----- Aproveitou para dar como exemplo os casos de Vilarinho do Bairro, Avelãs de Caminho, São João de Azenha, em que os passeios são feitos encostados às casas ou aos estabelecimentos, por vezes com os lancis deitados para não impedir a normal circulação, por falta de espaço. No entanto, também esclareceu que nos casos em que não existe outra saída, a Câmara Municipal paga a expropriação, mas por vezes os proprietários pedem valores elevados e a situação torna-se inegociável.-----

----- Comentando a afirmação de que a Câmara Municipal deveria usar de mais inteligência na negociação com os proprietários, o Senhor Presidente mostrou-se disponível para medir a inteligência do Senhor Deputado com a sua, porque não seria mais do que o Senhor Deputado, mas o Senhor Deputado também não seria mais do que ele para o chamar de burro de forma indireta.-----

----- Não obstante, agradeceu a informação prestada pelo Senhor Deputado relativamente ao furto da tampa, adiantando, também, não ter a certeza se a tampa já não teria sido repostada e furtada de novo, aliás, uma situação cada vez mais comum nos últimos tempos, como concluiu.-----

----- A finalizar, confirmou o rebentamento de uma conduta, já com uma certa capacidade, mas adiantou tratar-se de uma conduta já moderna, não em fibrocimento, adiantando que inicialmente tinha sido considerada a possibilidade de ser um ramal, na medida em que nos ramais, com o tempo frio, muitas vezes ocorre congelamento e estoura o plástico. Concluiu, adiantando que o problema tinha sido resolvido.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Deputado disse pretender apenas fazer uma sugestão, porque, aparentemente, os documentos que a Câmara Municipal fornecia aos Deputados Municipais eram escassos, em termos de informação, pelo que, provavelmente, teria de começar a ser anexado cada descritivo das obras, o projeto da obra, para não deixar dúvidas às pessoas.-----

----- Aproveitou, também, para sugerir que na parte dos processos judiciais o Senhor Presidente da Câmara Municipal descrevesse, igualmente, a data da audiência seguinte, o nome das testemunhas, apresentasse, assim, um descritivo para os Deputados passarem vinte horas a discutir o "sexo dos anjos" porque, realmente, ninguém conseguia compreender qual a necessidade de estarem ali a falar de determinados assuntos. Pediu, então, ao Senhor Presidente para considerar essa possibilidade, para evitar perderem tempo, como estavam a perder.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Floro, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos.-----

----- O Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes e passou a comentar a informação prestada pelo Senhor Deputado João Morais sobre a falta de uma tampa. Relativamente a essa matéria, informou que o Senhor Deputado estava enganado, na medida em que se tratava de cinco tampas, e não apenas de uma, as quais já tinham sido furtadas duas ou três vezes. Considerou, entretanto, tratar-se de um problema que não deveria ser abordado em Assembleia Municipal, porquanto bastaria alertar os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Anadia, como ele próprio já tinha feito por várias vezes. Não deixou de acrescentar que se pretendesse que o seu nome constasse várias vezes das atas das sessões da Assembleia Municipal, então levantaria esses pequenos problemas. No entanto, considerou que apesar de serem pequenos, poderiam evoluir para em grandes problemas, mas concluiu que aquele problema deveria ser alertado no sítio certo para que tal não aconteça.-----

----- Quanto ao rebentamento da conduta, e no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu a conhecer que logo na hora tinham sido contactados os Serviços Municipalizados que se encontravam a tratar do assunto, assim como adiantou que o problema do passeio seria resolvido. Entretanto, reiterou tratar-se de questões que devem ser tratadas no local certo, porque apesar de haver comentários de que tinha na Assembleia um bom defensor da Freguesia de Sangalhos, e agradecia essa postura do Senhor Deputado, mas não deixou de repetir que algumas matérias deveriam ser tratadas nos sítios certos, e não apresentá-las na Assembleia Municipal só para dar nas vistas.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado, usando do direito de resposta, e relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Floro, esclareceu que o que tinha dito sobre a tampa tinha sido simplesmente uma informação à Câmara Municipal, aproveitando o facto de ter vindo à sessão naquele dia, por não ter a disponibilidade do Senhor Deputado António Floro. Acrescentou,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ainda, que o Senhor António Floro tinha um tempo para servir a Freguesia, sendo pago para tal, para além de que tinha o dever de o fazer. O que tinha feito, concluiu, tinha sido alertar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente e os Serviços Municipalizados, com o intuito de ser retificada a situação e, principalmente, de evitar a ocorrência de qualquer acidente no local.-----

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção naquele período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu esse período por encerrado e, conseqüentemente, o ponto um da ordem do dia.-----

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda.", como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e doze do Município de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais)"*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução daquele segundo ponto da ordem do dia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, de acordo com a lei, a Câmara Municipal tem de ter um Revisor Oficial de Contas. Referiu, ainda, que o Revisor Oficial de Contas vinha sendo o mesmo há três anos e como o valor da proposta para prestar o serviço se mantinha, e o Executivo o tinha considerado um valor justo, impunha-se, entretanto, a aprovação por parte da Assembleia Municipal, o que disse aguardar, declarando nada mais ter a acrescentar.-----

----- Depois da breve introdução do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado disse que o CDS-PP remetia para a última ata que tinha tratado daquele assunto, nomeadamente no que dizia respeito ao princípio da transparência e da igualdade. Constatou, ainda, que aparecia uma única proposta, quando deveriam existir outras, ou pelo menos deveria ser acautelado, por parte da Câmara Municipal, esse princípio, que embora não seja uma imposição expressa da lei, conseguia-se retirar que por uma questão de princípio, deveria existir essa transparência na gestão dos dinheiros públicos, e na gestão da contratação. Concluiu, mencionando, uma vez mais, que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular remetia para a última ata que tinha tratado daquele assunto.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e sem haver indicação de qualquer outro pedido de intervenção, naquele período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e, antes de submeter aquele segundo ponto à votação, recordou o seu teor.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "Lúcia Santos, S.R.O.C., Sociedade Unipessoal, Lda.", como auditor externo para proceder à revisão legal das contas de dois mil e doze do Município



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Anadia, nos termos do n.º 2, do Artigo 48.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), tinha sido aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor e um voto contra, não se encontrando presentes os Senhores Deputados Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS, e Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- De imediato, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Moção de Repúdio, nos termos da alínea o), do n.º 1, do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro"*.-----

----- Entretanto, aproveitou para deixar dois agradecimentos: um à Câmara Municipal, pelo documento que tinha sido distribuído, pela sua qualidade e pelos dados que ele encerrava, e também um agradecimento a alguns dos juízes que trabalhavam no Tribunal de Anadia, que prontamente o tinham recebido e com os quais tinha estado a dialogar algum tempo sobre aquela questão da reorganização da estrutura judiciária, que, rematou, mais uma vez vinha prejudicar Anadia.-----

----- Referiu, ainda, que como os Senhores Deputados saberiam, a Câmara Municipal propunha a aprovação por parte da Assembleia Municipal do que passou a ler:-----

----- "Se informe o Ministério da Justiça da oposição da Câmara Municipal de Anadia face à proposta que consta do *"Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária"*, condenando o desconhecimento das estruturas judiciais locais existentes, bem como os dados e os valores de ponderação utilizados para justificar a reforma apresentada;-----

----- Se exija a manutenção do modelo atual do Mapa Judiciário no que concerne à Comarca do Baixo Vouga;-----

----- Que, a persistir a intenção de reorganização do Mapa Judiciário, se exija a reformulação da referida proposta, no sentido de garantir um reforço da cobertura judicial de toda a zona sul do distrito de Aveiro que, como se constata pela análise do mapa que integra o referido *"Ensaio"*, se encontra esbatida; tal reforço passaria por:-----

----- - manter em funcionamento o Juízo de Grande Instância Cível no Tribunal de Anadia;-----

----- - instalar, no Tribunal de Anadia, uma secção de competência especializada, como por exemplo, a Terceira Secção de Família e Menores, atualmente a funcionar no Tribunal de Oliveira do Bairro, e que, a manter-se neste Tribunal, obrigará a mais um investimento na construção de um novo edifício, apesar de distar apenas cerca de dez quilómetros do Tribunal de Anadia;-----

----- - criar uma Secção de Execução, ou uma Secção de Comércio, dado o estrangulamento que, nestas áreas, se verifica nos Tribunais de Águeda e de Aveiro, respetivamente."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou, também, que o documento propunha, ainda, que, uma vez aprovada a moção, a mesma fosse remetida a Sua Excelência o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da República; a Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia da República; a Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro; a Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

----- Depois de ler o documento, informou que o mesmo, uma vez apresentado naqueles termos, se encontrava à discussão dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal.-----

----- Para uma primeira intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado, depois de cumprimentar os presentes, começou por declarar que os Deputados do Grupo Municipal do PS se encontravam bastante preocupados com aquele ensaio de reorganização judiciária na parte que competia ao concelho de Anadia e à região. Recordou, entretanto, que em dois mil e nove, o assunto tinha passado na Assembleia Municipal com uma proposta também ela de grave esvaziamento do Tribunal de Anadia, e da comunidade humana e de recursos humanos que vive à volta do Tribunal, e os Deputados tinham conseguido inviabilizar e evitar esse atentado que, na altura, foi quase bem sucedido contra o Tribunal de Anadia.-----

----- Declarou, entretanto, que os Deputados do Grupo Municipal do PS não discordavam dos objetivos essenciais da reforma do Governo, desde que esses objetivos fossem a utilização racional dos recursos disponíveis, por considerarem que todos têm que ser racionais nos recursos do Estado, na medida em que isso também signifique mais eficácia no tratamento dos processos.-----

----- Declarou, também, criticarem, precisamente, a solução que era proposta para Anadia, por considerarem que justamente vai contra a racionalidade, ou seja, por ser uma solução irracional, uma solução que desaproveita os recursos existentes e que pretende transferi-los para outros concelhos, outras situações, que não têm as infraestruturas, nem têm os mesmos recursos humanos. Por isso, adiantou que os Deputados do Grupo Municipal do PS sugeriam, até, um retoque na moção proposta pela Câmara Municipal, e em discussão, nomeadamente num ponto em que falava do economicismo, por não terem medo do economicismo, no que isso signifique de melhor utilização económica dos recursos. E, portanto, disse haver uma frase que poderia induzir em algum equívoco e, aí, os Deputados do Grupo Municipal do PS recomendavam um retoque, porque o seu ponto era precisamente de apelar a uma racionalidade nos recursos que são escassos e que o País precisa de utilizar bem.-----

----- Continuando, o Senhor Deputado constatou que a proposta do Governo desprezava uma tradição que deveria ter perto de duzentos anos, em que Anadia tinha sido, e ainda era, Comarca da região. Sublinhou que até tinha chegado a ser, por esse facto, centro sede de um círculo eleitoral que durou quarenta anos, pelo que considerou não se tratar apenas de desprezar uma tradição, mas de desprezar todo um património, toda uma infraestrutura montada, todo um conjunto de recursos humanos e de especializações que em Anadia existem e trabalham para bem da aplicação da justiça na região, em termos de advogados, em termos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de magistrados, oficiais de justiça, tudo isso.-----

----- Reforçou, então, que a proposta do Governo desprezava esse património e nem sequer aproveitava uma experiência piloto, encetada desde dois mil e nove, apesar de haver vários indicadores que revelavam que essa experiência tinha sido positiva e que a comunidade à volta do Tribunal em Anadia tinha desempenhado capazmente, e tem desempenhado capazmente o seu papel. Considerou, assim, tratar-se de um absurdo, e de uma aberração económica, precisamente, para além de ser mau demais e, até, desprestigiante -----

----- Entretanto, passou a fazer um aparte, a propósito do prestígio. Assim, sublinhou que Anadia tem recursos, tem história, tem valores culturais que deve valorizar e se não é Anadia a valorizar esses recursos, não pode esperar que outros os valorizem. Disse, então, tratar-se de uma mensagem que apela, portanto, a que Anadia valorize bem a sua história, nomeadamente no plano cultural, porque também aí se defende o prestígio, e muitas vezes existe a tendência de esquecer isso, não era só no plano do cimentar mato, que tinha o seu valor, mas também no plano da cultura.-----

----- Concluído o aparte, referiu que considera a proposta tão absurda, que pensa haver forças situadas num plano de influência, que não num plano de racionalidade, que pretendem fazer agora aquilo que não conseguiram fazer em dois mil e nove, que foi, precisamente, tentar, então, esvaziar o Tribunal de Anadia. Aproveitou a oportunidade para recordar que em dois mil e nove, o Partido Socialista de Anadia tinha trabalhado, assim como o PSD, estava em crer, na no sentido de evitar esse atentado à racionalidade dos recursos e à aplicação da boa justiça no concelho de Anadia e no Tribunal de Anadia. Como tinham boa memória dessa altura, disse que não queriam voltar a esses tempos, em que o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal, era constantemente metralhado pelo PSD com moções de censura contra as medidas do Governo na altura. Não obstante, reconheceu que os Deputados do Grupo Municipal do PS também não concordavam com algumas dessas medidas, mas com outras até concordavam. Assim, reiterou que como não pretendiam voltar a esses tempos, apelavam à unidade de todas as forças políticas do concelho.-----

----- A terminar, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, declarou que os Deputados do Grupo Municipal do PS estavam ao lado da Câmara Municipal naquela questão tão grave. Adiantou, também, que pelo lado dos Deputados do Grupo Municipal do PS fariam o possível, mas não deixou de apelar ao PSD e ao CDS, os partidos com representação no Governo, para, naquela questão, utilizarem toda a sua influência, porquanto considera que o assunto estava colocado num plano que, na opinião dos Deputados do Grupo Municipal do PS, não era um plano de racionalidade, mas sim um plano de influência, por forma a evitar aquela aberração e aquele atentado. Concluiu, dizendo que, mais do que apelarem, desafiavam o PSD de Anadia a utilizar toda a influência, que reconhecidamente tem, o CDS de Anadia a utilizar toda a sua influência, que reconhecidamente tem, para evitar aquela aberração do ponto de vista económico. Declarou, mesmo a terminar, que Anadia tem razão. Não se trata de bairrismo. Anadia tem razão.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Cardoso Leal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, a Senhora Deputada constatou que, de facto, a proposta do Governo, aquele ensaio, era um absurdo e adiantou que iria falar do ponto de vista profissional, uma vez que a mesma a afetava diretamente. Adiantou, também, que seria ainda apenas a sua opinião, e não a opinião de toda a classe de advogados, que só mais tarde iria reunir, com o objetivo de discutir a proposta e a forma de a contestar.-----

----- Referiu, então, que só quem não conhecia a realidade física e humana do Tribunal de Anadia, como os Senhores que ditam as leis do Governo, é que poderiam apresentar aquele ensaio. Para quem não conhecia, aproveitou para dar a conhecer que o Tribunal de Anadia tem três salas de audiências, e no momento, tem três juízos a funcionar, o Juízo de Grande Instância Cível, Pequena e Média Cível e Criminal, tudo com secções separadas, a Pequena e a Média e a Cível no primeiro andar, a Criminal em baixo, tem uma secção central, tem os Serviços do Ministério Público, e tem ainda capacidade física para ser feita outra sala de audiências e para acolher, então, mais serviços, como, por exemplo, para acolher as outras secções que são referidas na proposta de moção, como sendo de Família e Menores, ou o Executivo, ou até o Comércio.-----

----- Recordou, também, que tinham sido feitas obras de grande vulto há dois anos atrás, tendo o Tribunal passado a ter rampa para acesso a deficientes, elevadores, segurança, tudo no âmbito das obras avultadíssimas que o Governo investiu num edifício propriedade do próprio Estado. Portanto, destacou o facto de não estarem a falar em instalações arrendadas, como era o caso de Mealhada e de Oliveira do Bairro.-----

----- Falando da proposta do Governo, referiu que a mesma indicava, então, que sairia do Tribunal de Anadia a Grande Instância Cível, o que implicaria uma redução de quatro juízes, que no momento o Tribunal tem, para apenas um Juíz, nos magistrados a mesma coisa, só um, e de vinte e oito funcionários ficariam apenas nove. Portanto, declarou que esvaziar ainda mais Anadia de competências e de serviços que tem, traz todo um desconforto para os profissionais, mas mesmo, também, para todos os cidadãos.-----

----- Continuando, disse que estavam a falar de a Grande Instância Cível sair do Tribunal de Anadia, não para Mealhada, ou para Oliveira do Bairro, mas para Aveiro, o que implicaria uma distância de trinta quilómetros. Uma vez mais, disse tratar-se de uma proposta no sentido de esvaziar de um conteúdo um Tribunal no qual foram feitas bastantes obras, de prejudicar o acesso ao direito aos cidadãos, porque, se já com elevadas taxas de justiça as pessoas cada vez recorrem menos, com a distância que a medida proposta acarreta, com os custos que os advogados passam a ter com as inerentes distâncias, é realmente tirar a proximidade ao povo de se poder servir.-----

----- Referindo-se à moção proposta, explicou que quando era falado que realmente o bom seria trazer para Anadia valências e competências, era porque, por exemplo, no caso do Tribunal de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mealhada, o mesmo não tem quaisquer condições, tem uma pequena sala de audiências e as secções trabalham já muito mal porque são pequenas. No caso de Oliveira do Bairro, disse passar-se a mesma situação, por se tratar de um Tribunal instalado, também, em prédios arrendados, tanto o Juízo de Família e Menores, como o outro de competência genérica. Portanto, considerou não fazer qualquer sentido tirar de Anadia, que tem instalações, que tem recursos humanos, que tem tudo, e levar para Tribunais que já por si estão asfixiados e dos quais o Estado paga renda.-----

----- Declarou, portanto, que a sua posição era de que o documento em apreciação, a moção de repúdio elaborada pela Câmara Municipal estava excelente, estava muito bem feita, traduzindo fielmente o que também pensava que seria a opinião de todos os advogados do concelho de Anadia. Antecipou, assim, que o cavalo de batalha dos advogados era que, mesmo que nada fosse trazido para Anadia, que não lhes tirassem o que já tinham, portanto, que fosse mantida em Anadia a Grande Instância Cível, porque só essa valência contribuía para o movimento que existia em Anadia. Essa valência, acrescentou, ainda, movimentava grandes processos, que implica que venham advogados de fora, venham clientes de fora, concorrendo, tudo isso, para fazer mexer a restauração, a hotelaria, e fazer funcionar o concelho de Anadia.-----

----- A concluir, declarou, então, que tinham efetivamente de repudiar aquele ensaio do Governo, de todas as formas possíveis, de todos os quadrantes, assumindo a Assembleia Municipal aquela moção de repúdio e enviando-a às entidades propostas, assumindo os advogados, também, a sua posição, assim como pensava que os funcionários do Tribunal também já teriam feito a sua parte, ou iriam fazer, porque realmente era de condenar.-----

----- Decorrida a intervenção da Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado considerou que já tinha sido tudo dito e acrescentou que lhe restava dar os parabéns à Câmara Municipal por ter tomado aquela iniciativa, não deixando de referir que os Deputados Municipal do CDS-Partido Popular entendiam que também noutras matérias a Câmara Municipal deveria agir do mesmo modo, apesar de louvarem a atitude da Câmara Municipal.-----

----- Assim, disse que lhe restava apenas falar de alguns pontos que considerava que o documento poderia, eventualmente, prever, nomeadamente o elemento histórico, que o colega Cardoso Leal, da bancada do PS, já tinha tido oportunidade de referir. Salientou que Anadia tinha uma história muito rica no âmbito do direito, designadamente o Visconde Seabra, que tinha sido autor do Código Civil, e o Dr. Alexandre Seabra, autor do Código de Processo Civil. Portanto, considerou que um elemento histórico naquele documento se tornava necessário, porque efetivamente demonstrava que não era de hoje que Anadia contemplava no seu seio o direito, pelo que propunha a sua introdução no documento.-----

----- Entretanto, considerou também de alguma importância a introdução de um elemento ambiental. E, para tal, referiu que não se poderiam esquecer que as deslocações que teriam de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser feitas para Aveiro, ou para outros territórios, mas no caso para Aveiro, poderiam provocar um aumento dos prejuízos a nível ambiental. O sul da Comarca necessitava, portanto, de Anadia, também no que dizia respeito àquele elemento ambiental.-----

----- Continuando, disse que também seria de referir a questão da Média e Pequena Instância Cível. Efetivamente, concordou que poderiam chamar ao Tribunal de Anadia a Instância que se encontra, atualmente, em Oliveira do Bairro, pelo facto de o Tribunal de Anadia reunir melhores condições que aquele. Inclusivamente, sublinhou que os próprios profissionais do foro assim o reconheçam, porque não fazia sentido os Juízes andarem para trás e para a frente para realizarem diligências que poderiam ser efetuadas, e assumidamente em melhores condições, no Tribunal de Anadia. Portanto, considerou que aquele elemento também deveria ser introduzido.-----

----- Depois, disse que pretendia propor apenas uma retificação, que era um pequeno formalismo, mas que considerava poder ter também algum impacto para as Excelências que vão verificar os documentos. Assim, explicou que a sua proposta de retificação tinha a ver com a fotografia da sala (fotografia da página seis), que estava legendada como sala de audiências do Juízo de Grande Instância Cível e do Tribunal Judicial de Anadia. Efetivamente, concordou que as imagens têm um impacto bastante grande e, por tal motivo propunha que, pelo menos, fosse incluída a referência a sala três, porque as salas estão simplesmente numeradas por um, dois e três, ainda que, na prática, estejam destinadas a determinadas funções. Reconheceu, também, que efetivamente podiam não estar, mas adiantou que aquela sala, na prática, não era a sala dedicada à Grande Instância Cível, até era dedicada à Instância Criminal. De qualquer modo, considerou que havendo a possibilidade de a legendar como sala três, seria importante, na medida em que, pelo menos três salas existem, e se as pessoas não lerem o texto, olham para a fotografia e pensam que existem mais duas. Portanto, concluiu que sala três seria o indicado de colocar.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por se manifestar solidário com os três licenciados em advocacia presentes na sala, pelas declarações que prestaram.-----

----- Entretanto, passou a lembrar que há dois anos atrás, quando próximo do ato eleitoral aquela discussão tinha tido lugar na Assembleia Municipal, tinha havido alguém que até tinha apontado o nome do Euro Deputado Vital Moreira, membro do PS, para que evitasse a retirada de poderes daquele mesmo Tribunal. Recordou, então, que naquela mesma data, tinha afirmado que infelizmente se tinham realizado obras avultadas e que de imediato essas obras iriam ter os seus custos para a população, para o concelho e para o Governo.-----

----- Constatou, assim, que esses custos por ele apontados estavam à vista, porque se apontava, a breve prazo, que o Tribunal de Anadia iria levar nova machadada. Nessa matéria, considerou que o PS, o CDS e o PSD terão alguma responsabilidade, porque assumiram compromissos perante os responsáveis internacionais da Troika, os quais exigem que é preciso



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

retirar serviços, é preciso reduzir custos, é preciso despedir funcionários públicos, criar-lhes dificuldades económicas na vida, concluindo ser aquele um exemplo perfeito dessas exigências.-

----- Entretanto, declarou-se contra o encerramento do Tribunal de Anadia e disse entender que Anadia perdia, e que perdiam todos, porque a justiça não iria melhorar, pelo contrário, iria complicar-se mais, com os processos a demorar mais, as insolvências a demorar mais, os trabalhadores, os empresários credores a demorar mais tempo a receber os seus dividendos. Concluiu, assim, que nada iria melhorar e que, pelo contrário, o país ficaria a perder, assim como todos os anadienses.-----

----- Não deixou, ainda, de demonstrar o seu descontentamento, porquanto muitos eram os advogados que trabalhavam no Tribunal de Anadia e nenhum deles se tinha limitado a aparecer àquela Assembleia Municipal em defesa do Tribunal. Perguntou, mesmo, se não se teriam apresentado por saberem, já, tratar-se de um assunto arrumado.-----

----- A terminar, disse que iriam repudiar, mas considerou tratar-se, efetivamente, de um assunto arrumado porque quem manda é a Troika, não o país, que perdeu a sua independência.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado passou a apresentar o que disse tratar-se apenas de uma questão formal, por considerar que a questão da justiça estava bem entregue, a gente qualificada para defender essas situações.-----

----- Assim, o Senhor Deputado disse ter a ver apenas com uma questão formal, por pensar que a Assembleia Municipal deveria dar, também, conhecimento da moção à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. Explicou, então, que como o Município de Anadia pertence a essa Comunidade, não se deveria esquecer de tal facto, e como essa Comunidade tem uma obrigação para com o Município de Anadia, nestes casos, considerou que o Município deveria corresponder, pelo menos, informando-a. Adiantou, ainda, que tanto quanto sabia, aquela Comunidade tinha já tomado uma posição oficial relativamente a outros concelhos, ou pelo menos a um concelho, e, portanto, achava que o Município de Anadia também lhe deveria dar conhecimento para que ela pudesse assumir a responsabilidade de defender todos aqueles que pertencem ou que estão inseridos na Comunidade.-----

----- Entretanto, o Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS, solicitou uma suspensão dos trabalhos por alguns minutos regulamentares para entender com as restantes bancadas um ou outro retoque na redação do documento.-----

----- Por se tratar de um documento proposto pela Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal consultou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se a Câmara Municipal veria alguma objeção.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou que aquele tipo de documento quanto mais se compunha, mais descomposto ficaria.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Assim, constatou que naquele momento tornava-se necessário, acima de tudo, o Município de Anadia marcar a sua posição e, relativamente ao que o Senhor Deputado Rui Marinha tinha falado, sobre a CIRA (Comunidade Intermunicipal), aproveitou para informar que, em determinada altura, essa Comunidade Intermunicipal tinha querido fazer um documento conjunto, mas, como era evidente, referiu que a Câmara Municipal só subscreveria esse documento conjunto, desde que esse documento conjunto não contrariasse os objetivos do concelho de Anadia.-----

----- Entretanto, aproveitou para referir que a questão estava revestida de alguma complexidade, na medida em que a reestruturação era precisamente dentro da própria CIRA, Baixo Vouga, e pouco mais abrangente. Logo, adiantou que aquele documento, como pensava, nunca seria do Município de Anadia, seria da CIRA, e acrescentou que normalmente esses documentos, como afirmativo ou negativo, só têm a palavra "nim", e o Município de Anadia não se encontrava em condições de perder tempo.-----

----- Precisamente por esse motivo, e não pretendendo impedir o que quer que fosse, disse que gostaria que a proposta da Câmara Municipal se mantivesse tal qual como estava, para seguir de imediato para as entidades indicadas, concordando que também fosse dado conhecimento à CIRA, porque notava, no momento, o Governo a andar muito depressa e, depois, voltar atrás seria uma complicação.-----

----- Continuando, disse que não se opunha a que fizessem as alterações que entendessem, mas reforçou que o tempo era importantíssimo, porquanto não havia alternativa à estrutura judiciária atualmente existente no concelho de Anadia. Acrescentou, assim, que o concelho, com a proposta apresentada pelo Governo, ficará penalizado para sempre, se o Governo, ou o Ministro tiver realmente a vontade, ou exerça essa força.-----

----- No entanto, considerou tratar-se de uma violência retirar aquela estrutura judiciária de Anadia, com o histórico que tem, como tinha sido já bem exibido. Aliás, acrescentou ser em Anadia que estava sediado o Tribunal que respondia por Mealhada e Oliveira do Bairro, e agora, pretendiam levar Juízos para locais onde nem sequer existe instalação.-----

----- Portanto, disse que, no imediato, teriam de manifestar o repúdio, a contrariedade por uma atitude daquele género. E para isso, disse servir o documento em apreciação. Porque, adiantou, não lhes competia indicar os caminhos, queriam, sim, ficar com o que já existe no Tribunal de Anadia e, então, se possível, e não havendo condições em outros Tribunais vizinhos, que se instalem em Anadia. Isso era o que queriam e faziam-no com direito próprio.-----

----- Aproveitou, no entanto, para lamentar que naqueles momentos comecem a atacar forças políticas, apesar de reconhecer que os responsáveis por todas as alterações no concelho de Anadia tenham sido do PS ou do PSD. E, então, considerou lamentável serem sempre os mesmos a prejudicar Anadia.-----

----- No caso do Tribunal de Anadia, disse que o concelho já não tinha capacidade para engolir mais, depois do Hospital, que, como viam, estava tudo provado de que a situação não melhorou, nem piorou, Anadia ficou sem nada, restando-lhe Coimbra, como tinha antes, porque



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nem Aveiro nem Águeda ofereciam nada para Anadia. Já quanto ao Tribunal, referiu tratar-se de uma situação muito diferente, que não mexia só com o cidadão comum, aquele que precisa do Tribunal para resolver as suas questões. Mexia com uma empregabilidade enorme, uma empregabilidade qualificada, por estarem envolvidos no processo Juízes, Procuradores, Advogados, e muitos administrativos que lá trabalham e que se veem privados, de um momento para o outro, do seu local de trabalho, sendo encaminhados para a mobilidade que nunca vai dar nada porque as situações se complicam com o tempo. Mobilidades bárbaras, que obrigam os funcionários a abandonar a família, a casa, tudo, rematou.-----

----- Referiu, assim, que a Câmara Municipal não iria ficar de braços cruzados. Aproveitou para dar a conhecer que tinha pedido uma audição à Senhora Ministra da Justiça, por considerar que o Tribunal sai bastante lesado com a proposta do Governo, sob pena de a Câmara Municipal ter de tomar atitudes que sejam necessárias e oportunas para que se saiba em público que aquilo que se faz a Anadia é muitíssimo grave. Acrescentou, ainda, que Anadia não estaria disponível para ser sempre a mesma a ser sacrificada, e, como tinha dito, pelas mesmas forças políticas. Como entretanto as forças políticas são outras, antecipou que, como era normal, faria uma tentativa de mobilizar todas as forças amigas do concelho de Anadia para que Anadia mantenha o que tem, por considerar suficiente, necessário e obrigatório, e não abdicar disso.-----

----- Mesmo a terminar, referiu que o documento em apreciação não tinha aqui perfil algum, nem tinha qualquer carácter político especial, porquanto tinha sido redigido em conjunto por todos os Vereadores que fazem parte do Executivo. Reconhecendo que poderia sair, naturalmente, outro documento, destacou que o importante era que existisse um documento para chamar a atenção que os responsáveis estavam enganados e que não sabiam onde ficava o concelho de Anadia. E, nessa medida, disse haver um apelo urgente para que venham ver o Tribunal de Anadia, que venham ver como trabalha, em ordem a elaborarem um estudo para ver se é legítimo e humanamente razoável um encerramento desta natureza, porque, aproveitando a terminologia utilizada por alguém, eram atitudes tomadas à marretada.-----

----- Portanto, e a finalizar, disse que poderiam reunir, declarando-se recetivo para o efeito, adiantando, no entanto, pretender um documento que não fugisse muito daquela situação.-----

----- Depois da intervenção formalizada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do Grupo Municipal do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por declarar concordar com o Senhor Presidente da Câmara Municipal quanto ao facto de não poder haver perda de tempo e de o documento ter de ser aprovado naquela sessão, na sua versão. Adiantou, entretanto, que daria uma sugestão que apenas retificaria uma linha, mas não deixou de sublinhar que se tal tivesse como efeito perder tempo, prescindiria dessa sugestão. Reiterou que o Senhor Presidente tinha toda a razão em querer que o documento fosse aprovado naquela sessão e, de imediato, remetido às entidades respetivas. Simplesmente, disse ter uns retoques a propor, muito simples, e que não implicariam perda de tempo, porque se implicassem, prescindiria, reforçou.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado declarou que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular concordava com a posição do grupo Municipal do PS, destacando que efetivamente ninguém estava a querer retardar o documento, antes pelo contrário, a pretender colocar alguns elementos adicionais que pudessem contribuir positivamente para que aquele documento, que reconhecia e já tinha assumido estar bem feito, pudesse ficar com a excelência que todos queriam.-----

----- Referiu, assim, haver alguns elementos que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular considerava que poderiam ser incluídos e declarou que fazia todo o sentido a proposta do Senhor Deputado Cardoso Leal, de suspender, por uns minutos, os trabalhos para conversarem sobre aqueles elementos. Concluiu, então, que havendo acordo, não seria muito longa a suspensão, pelo que o Grupo Municipal do CDS-Partido Popular se encontrava disponível para suspender os trabalhos em ordem a conversar sobre aqueles retoques.-----

----- No decurso das intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, que tratando-se de questões de pormenor, a Mesa perguntaria da possibilidade de os Senhores Deputados fazerem chegar esses elementos à Mesa, para passarem à votação, ou se existia mesmo a necessidade de interromperem os trabalhos.-----

----- Perante a confirmação da necessidade de interromperem os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de determinar a suspensão dos trabalhos, e deixando um agradecimento ao Senhor Vereador, Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, deu a conhecer uma tomada de decisão da CIRA, em jeito de nota de imprensa, relativamente ao Novo Mapa Judiciário, que considerou importante para a Assembleia Municipal, e que refere o que a seguir se reproduz:-----

----- "O Conselho Executivo da CI Região de Aveiro fez um debate sobre a proposta do Governo do novo Mapa Judiciário, decidindo tomar uma posição pública com base nos seguintes pressupostos de base:-----

----- a) Tendo a Sub-Região do Baixo Vouga em funcionamento uma Comarca-Piloto, entendemos óbvia a necessidade de se apresentar um relatório de avaliação do seu funcionamento, dos aspetos positivos e negativos que patenteou, na ótica dos profissionais da Justiça e dos Cidadãos. Não faz sentido estarmos a iniciar uma reforma quando a reforma em curso não foi alvo de uma avaliação;-----

----- b) A opção pela dimensão distrital das novas Comarcas é um absurdo quando enquadrada na sensata opção do atual Governo em acabar com o patamar distrital da administração central, com a não nomeação dos Governadores Cívicos. Estando o Governo e os Municípios a estruturar e organizar a administração com base nas NUT's II e III, esta desconformidade da Justiça vem criar novas entropias na relação institucional e na facilitação da relação dos Cidadãos com a Justiça;-----

----- c) Defendemos a manutenção do Tribunal em Sever do Vouga, numa lógica de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rentabilização das condições físicas existentes, de manutenção de uma relação de proximidade da Justiça para com os Cidadãos, e tendo em conta a não existência de soluções de mobilidade por transportes públicos. A mobilidade dos profissionais de Justiça na razão das necessidades é a proposta que apresentamos em alternativa;-----

----- d) Existem outros aspetos de pormenor que a CI Região de Aveiro, e cada um dos seus Municípios associados, estão a cuidar, sendo que no desenvolver deste processo procuraremos reunir com a Senhora Ministra da Justiça para debater esta proposta de reforma agora apresentada.”-----

----- Concluída a leitura da nota de imprensa difundida pela CIRA no dia vinte e dois de fevereiro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão ordinária, conforme anteriormente adiantado, quando eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos.-

----- Retomados os trabalhos, quando eram dezassete horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a todos os Senhores Deputados que dispunham da informação, o favor de acompanharem as duas pequenas alterações que eram propostas.-----

----- Assim, informou que na página um da moção de repúdio, no último parágrafo, onde se lia *“Se o principal argumento ou critério que se pretende subjacente a esta proposta é uma visão meramente economicista, o que não é recomendável, então aí falha clamorosamente.”*, a proposta resultante da suspensão dos trabalhos era no sentido de se passar a ler: *“Se o principal argumento ou critério que se pretende subjacente a esta proposta é uma visão meramente economicista, então aí falha clamorosamente.”*-----

----- Informou, ainda, que na imagem da página seis, ficaria apenas a legenda *“Sala de Audiências n.º 3”*.-----

----- No que aos considerandos dizia respeito, seria de incluir um novo considerando, de caráter histórico, com o seguinte texto:-----

----- *“Que a Comarca de Anadia tem uma experiência adquirida e consolidada com quase duzentos anos, e que, para além desta experiência acumulada, tem uma tradição histórica forense na qual se inclui o autor do projeto do Código Civil de mil oitocentos e sessenta e sete, o anadiense Visconde de Seabra, e também o autor do projeto do Código do Processo Civil, o juriconsulto Alexandre Seabra, igualmente anadiense.”*-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu ainda a conhecer da dificuldade dos juristas presentes em considerar que a Secção de Família e Menores, a funcionar no Tribunal de Oliveira do Bairro, tenha número (estava mencionada, na página treze da moção, como a Terceira Secção de Família e Menores), alegando ser apenas designada por Secção de Família e Menores e não existir Terceira Secção.-----

----- Apresentadas as propostas de alteração ao documento, perguntou aos Senhores Deputados se pretendiam tecer alguma consideração relativamente àqueles acrescentos, passando, de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que na página seis, onde se encontrava a legenda *“Sala de Audiências do Juízo de Grande Instância Cível do Tribunal Judicial de Anadia”*,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

substituir essa legenda só por "Sala de Audiências n.º 3", até se questionaria onde se encontravam as salas números um e dois. Nesse sentido, disse concordar com a substituição, desde que fosse mantida, na legenda, a referência "do Tribunal Judicial de Anadia", passando, assim, a redação final da legenda a "Sala de Audiências n.º 3 do Tribunal Judicial de Anadia", porque, de outra forma, não teria lógica, considerou a finalizar.-----

----- Não tendo sido apresentada qualquer outra consideração, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do ponto três da ordem do dia daquela sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, tendo submetido, de imediato, à votação dos Senhores Deputados a proposta da Câmara Municipal de Moção de Repúdio, nos termos da alínea o), do n.º 1, do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações que tinham sido acabadas de apresentar.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a proposta da Câmara Municipal de Moção de Repúdio, nos termos da alínea o), do n.º 1, do Artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com as alterações entretanto propostas, tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, de todos os Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal, não se encontrando presentes os Senhores Deputados Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia e, conseqüentemente, também, o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público.-----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA, anunciou que não iria haver lugar a intervenção do público naquela sessão ordinária de vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze.-----

----- Entretanto, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do PPD/PSD, subscrita pela sua líder, para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, aprovar em minuta os pontos dois e três da ordem do dia, a fim de produzirem efeitos de imediato.-----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, de aprovação em minuta dos pontos dois e três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e quatro votos a favor, não se encontrando presentes os Senhores Deputados Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e André Miguel Matos Beja Henriques, do Grupo Municipal do PS.-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze, quando eram dezassete horas e dezoito minutos, da qual, para



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

